



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 8  
Agosto de 2014

## Um giro pelos circuitos eletrônicos brasileiro e gaúcho

O complexo eletrônico é um dos setores produtivos mais dinâmicos da economia atual. Nele, estão inseridas indústrias como as de informática, bens eletrônicos de consumo, aparelhos de telecomunicações, componentes eletrônicos, assim como atividades de desenvolvimento de *software* e serviços afins. O alto conhecimento técnico, associado à mão de obra qualificada e aos dispêndios permanentes em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), é um traço marcante do setor. As principais empresas estão concentradas nos EUA, na Europa e na Ásia (leia-se China, Coreia do Sul, Japão e Taiwan). Nessas regiões, situam-se as empresas de tecnologias mais sensíveis — fabricantes de bens diferenciados —, e, no caso da Ásia, as de *commodities* eletrônicas — produtoras de bens padronizados. Também nos EUA, na Europa, no Japão e, mais recentemente, na China, na Coreia do Sul e em Taiwan, são desenvolvidas as etapas de concepção, projeto e *design*, as mais valoradas na cadeia global de valor.

O Brasil, nesse mapa, ocupa uma posição periférica. Ainda que o País tenha expandido sua produção de bens eletrônicos nos últimos anos, esta se resume à montagem de *commodities* eletrônicas, baseada na importação de *kits* de componentes. Com efeito, a balança comercial do setor é permanentemente deficitária. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), em 2013, o déficit comercial do complexo eletrônico foi de US\$ 36,2 bilhões, e, para 2014, estima-se que este chegará a US\$ 38,6 bilhões. Entre os itens que mais oneram a balança, estão os semicondutores (*chips*) e outros componentes para telecomunicações, ambos diretamente influenciados pela rápida expansão das tecnologias de informação e comunicação (TICs). O atraso tecnológico, herdado pelo prolongado período da reserva de mercado, seguido da abrupta abertura comercial do início dos anos 90, e a inexistência de uma política setorial efetiva são algumas das causas dessa dependência.

Na tentativa de contornar os gargalos do setor, o Governo Federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, concebeu um conjunto de medidas, aplicado a vários setores do complexo eletrônico no País. Talvez a mais conhecida delas seja a Lei da Informática. Criada em 1991, válida até 2019 e, atualmente, em vias de ser prorrogada até 2029, ela prevê a concessão de incentivos fiscais às empresas que aplicarem parte do seu faturamento em P&D. Outras ações complementares são a Lei da Inovação, de 2004, que incentiva a geração de produtos e processos inovadores; a Lei do Bem, de 2005, que zerou, nos computadores de baixo custo, as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e o

Programa Um Computador por Aluno, de 2009, que isenta as escolas públicas do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) de equipamentos e *softwares* que respeitam o Processo Produtivo Básico (PPB) — produtos que, por meio de um conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, foram efetivamente industrializados no País. Estas duas últimas fazem parte também do programa de inclusão digital do Governo Federal. Do segmento de componentes eletrônicos, destaca-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores (PADIS), de 2007. Além de dispor sobre os incentivos fiscais, ele prevê a proteção intelectual das topografias dos circuitos integrados, criadas pelas empresas participantes. Até então, as leis de patentes do Brasil não previam a proteção do *design* desse tipo de componente.

No contexto nacional, o Rio Grande do Sul coloca-se como o terceiro maior polo de produção de componentes eletrônicos, sendo superado apenas por São Paulo e Amazonas. Conforme os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), em 2012, o setor gaúcho de componentes possuía 4.129 trabalhadores, distribuídos em 103 estabelecimentos. Os investimentos ocorridos, no Estado, nos últimos cinco anos, estão adensando a cadeia gaúcha de *chips*, contemplando desde a etapa de *design* e produção de *wafers* até o seu encapsulamento. Um desses foi o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica (Ceitec) — uma parceria entre as três esferas de governo, e com a participação de duas grandes universidades —, que, desde 2008, desenvolve e produz semicondutores. Outra iniciativa foi criação da Santa Maria Design House (SMDH), uma empresa em operação desde 2009, que atua na especificação, na prototipagem e na fabricação de circuitos integrados. Finalmente, no último mês de junho, foi inaugurada, em São Leopoldo, a fábrica de encapsulamento e testes de semicondutores, HT Micron — uma *joint venture* entre a sul-coreana Hana Micron e a brasileira PARIT —, que terá como foco fornecer soluções locais em semicondutores para o Brasil. Com esse empreendimento, a HT Micron tornou-se a proprietária da maior sala limpa para encapsulamento de *chips* da América Latina. Um ponto positivo nessas três ações é a sinergia empresa-governo-universidade, identificada como a Tríplice Hélice.

Contudo, apesar das políticas e dos recentes investimentos, há ainda um largo distanciamento (sobretudo de tecnologia, de investimentos e de escala) entre os estágios atuais da indústria eletrônica mundial e da brasileira, que tende a perpetuar a posição periférica do País nesse setor.

**Fernanda Queiroz Sperotto**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Os ganeses no RS: a imigração pode ser saudável para o Estado

Recentemente, mais de 350 ganeses entraram com pedido de refúgio em Caxias do Sul, após ingressarem no País com visto de turista para a Copa do Mundo, conforme amplamente divulgado pela mídia. A forma como o Governo brasileiro deveria atuar gerou controvérsias, havendo re-ceios, por alguns, de que os migrantes pudessem disputar os empregos com a população local. Contudo a imigração dos ganeses pode ser positiva para o RS. Para explicar, primeiramente é preciso esclarecer uma importante relação entre a demografia do Estado e sua capacidade futura para gerir suas finanças públicas, as quais precisam ser analisadas separadamente para uma melhor compreensão.

Do ponto de vista demográfico, o RS provavelmente será o primeiro Estado brasileiro a apresentar decréscimos populacionais, o que deverá acontecer entre 2025 e 2030, conforme projeções da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Entretanto o maior impacto da transição demográfica ocorrerá na estrutura etária da população.

Considerando-se as tendências de redução da taxa de fecundidade e de manutenção das atuais taxas migratórias do Estado, a população idosa (com 65 anos ou mais), que, em 2012, era de 1,06 milhão de habitantes, deverá crescer em 75% até 2030, atingindo 1,86 milhão de habitantes. Em contrapartida, a população em idade potencialmente ativa (de 15 a 64 anos) deverá cair de 7,57 milhões para 7,35 milhões, uma variação de -2,8%. Nas décadas seguintes, as tendências devem permanecer. Em 2050, projeta-se 2,24 milhões de idosos e 6,21 milhões de potencialmente ativos.

Em relação às finanças públicas, o RS gastou, em 2012, R\$ 11,8 bilhões com a Previdência dos servidores públicos estaduais e R\$ 2,7 bilhões com serviços da dívida pública. Esses gastos representaram, respectivamente, 29,6% e 6,8% de todas as receitas do Estado. Ou seja, 36,4% das receitas do RS, em 2012, foram comprometidas com duas funções que não geram retorno em serviços públicos (embora tenham gerado no passado) e que não serão suficientemente amenizadas, mesmo com a imprescindível renegociação dos juros da dívida liderada pelos governadores. Com folga, é o maior percentual com esses dois gastos somados dentre todos os Estados brasileiros. Além disso, essas despesas são independentes de governo ou partido: todos terão que arcar com esses custos.

Com tamanho comprometimento das finanças públicas, há apenas duas soluções para o RS continuar honrando seus pagamentos sem se endividar ainda mais: reduzir gastos ou aumentar receitas. A primeira opção é árdua, pois representa um menor investimento em saúde, educação, segurança pública e outros serviços essenciais à população. A segunda alternativa, sem aumento de alíquotas, está atrelada ao crescimento econômico do Estado.

Como a população total do RS está aumentando a taxas decrescentes e, em menos de duas décadas, sofrerá redução, alguém poderia argumentar que bastaria haver um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (com distribuição de renda) para elevar a condição de vida da população, não sendo tão imprescindível o crescimento do PIB total. Contudo, é exatamente nesse momento que a questão demográfica e as finanças públicas se conectam. As despesas do Estado com a Previdência Social e com a dívida pública não se reduzirão proporcionalmente ao tamanho da população. Ao contrário, ao passo que a população total e a população poten-

cialmente ativa diminuirão, o contingente de idosos continuará aumentando, embalado pelo aumento da expectativa de vida.

Logo, mesmo com uma população total menor, o Estado precisará que seu PIB absoluto continue crescendo, a fim de aumentar suas receitas totais, uma vez que uma elevada parcela de suas despesas não diminuirá, mesmo com o decréscimo populacional.

Para haver crescimento econômico, é necessário aumentar a produtividade média por trabalhador ou aumentar o contingente de trabalhadores. Avanços educacionais e tecnológicos podem ser alternativas para aumentar a produtividade média. Entretanto o progresso nessas áreas é de difícil previsão, e, no que diz respeito à educação, o desempenho do Estado ainda é baixo para parâmetros internacionais, conforme resultados de avaliações como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Para aumentar o contingente de trabalhadores, são necessárias pessoas dispostas a trabalhar, sendo que vivemos um período de quase pleno emprego e que a parcela da população em idade potencialmente ativa deverá decrescer ainda na década atual. A imigração estrangeira (empregada em países desenvolvidos) pode ser uma forma de amenizar a transição demográfica do Estado. Talvez devamos avaliar como positiva a imigração dos ganeses, mesmo que simbólica, devido ao pequeno número. Afinal, precisamos de trabalhadores para a economia crescer. Provavelmente, quem está disposto a atravessar o oceano em busca de uma nova vida está sedento por trabalho, como relataram os primeiros empresários que os contrataram.

Evidentemente, a imigração desordenada, concentrada em somente uma ou algumas regiões do Estado e do País, não é a política correta, mas é necessário avançar nesse debate, preferencialmente priorizando profissionais com qualificação nas áreas em que mais necessitamos. Concomitantemente, talvez seja o momento para debates sobre incentivos à natalidade, amplamente realizados na Europa e ainda estagnados no Brasil. Além disso, é necessário encontrar soluções para a Previdência Social e para a dívida pública do Estado, que merecem total atenção.

Contingente de idosos e de indivíduos potencialmente ativos e despesas com a Previdência Social e a dívida pública, em relação à receita total, do RS — 2005-2050

ANOS	IDOSOS (milhões)	POTEN- CIALMENTE ATIVOS (milhões)	DESPESAS EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL (%)	
			Previdência Social	Dívida Pública
2005	0,86	7,16	24,5	9,60
2010	0,99	7,47	19,0	8,50
2012	1,06	7,57	29,6	6,80
2020 (1)	1,39	7,70	-	-
2030 (1)	1,86	7,35	-	-
2040 (1)	2,07	6,94	-	-
2050 (1)	2,24	6,21	-	-

FONTES: FEE.

Tesouro Nacional.

(1) Dados projetados.

**Pedro Tonon Zuanazzi**  
Estatístico, Pesquisador da FEE

## A política estadual de apoio à agricultura familiar

O ano de 2014 foi escolhido pela Food and Agriculture Organization (FAO) como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”, com o objetivo de aumentar a conscientização da importância dos sistemas de produção baseados em unidades familiares e de fazer avançar em todos os países políticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável desses sistemas. Razão pela qual, ao longo de 2014, a agricultura familiar recebe tratamento prioritário nos trabalhos desenvolvidos por esse organismo das Nações Unidas voltado à segurança alimentar e à nutrição global.

Uma pesquisa desenvolvida pela FAO em 93 países constatou que, em média, mais de 80% das explorações agrícolas são de agricultores familiares. Em um estudo dedicado a recomendações de políticas para a agricultura familiar da América Latina e Caribe, a FAO mostra a enorme importância da produção familiar para a segurança alimentar dessa grande região do planeta, onde oito em cada 10 explorações agrícolas pertencem à agricultura familiar. São 16,5 milhões de explorações: 56% (mais de 9,2 milhões) estão na América do Sul; 35%, na América Central e no México (5,8 milhões); e 9%, no Caribe (1,5 milhão). Nessas explorações, vivem cerca de 60 milhões de pessoas (FAO, 2014).

O Brasil, parte desse contexto latino-americano, tem mais de 4,3 milhões de explorações familiares, que correspondem a 84,4% do total das explorações agrícolas do País. No Rio Grande do Sul, encontram-se 8,7% do total das explorações familiares brasileiras, o que, em números absolutos, alcança mais de 378.000 famílias (Censo Agropecuário do IBGE, de 2010).

A pressão dos movimentos sociais mais o reconhecimento de setores governamentais da importância estratégica da agricultura familiar para enfrentar questões como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e nutricional e a preservação do meio ambiente resultaram em políticas públicas de amparo aos pequenos produtores rurais (incluindo os que se dedicam ao artesanato e ao extrativismo), alicerçadas por uma nova concepção de desenvolvimento rural. O Governo Federal vem divulgando essas políticas, desde 2003, no Plano Safra da Agricultura Familiar. Desde então, é crescente o número de famílias que as acessam e vem vivenciando melhores condições de vida. Os programas brasileiros, vinculando o fortalecimento da produção familiar com a segurança alimentar e nutricional, têm sido referência para outros países.

Os agricultores familiares gaúchos, que, historicamente organizados, reivindicaram o direito às políticas públicas, tornaram-se grandes beneficiários das políticas conquistadas. O Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros com maior participação relativa no Plano Safra. Tradicionalmente, em torno de 20% dos recursos federais são destinados ao Rio Grande do Sul. Considerando-se que o Plano Safra deste ano disponibiliza R\$ 24,1 bilhões, devem corresponder ao Estado por volta de R\$ 4,82 bilhões.

Há quatro anos, o Governo Estadual tornou-se um aliado do Governo Federal no apoio à produção familiar; criou a

Secretaria do Desenvolvimento Rural e instituiu uma política agrícola própria para os pequenos produtores gaúchos, sistematizada no Plano Safra da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Plano Safra RS).

A primeira edição do Plano Safra RS ocorreu no ano agrícola julho de 2011/junho de 2012. A partir de julho de 2014, passou a vigorar a sua quarta versão. O Plano Safra RS atua para ampliar o alcance das ações federais, direcionando os recursos estaduais às necessidades específicas do meio rural gaúcho. A título de exemplos, nesses quatro anos de atuação, citam-se as ações no intuito de incrementar e qualificar a bacia leiteira; o investimento na expansão da irrigação para enfrentar aos efeitos da estiagem; o fomento ao associativismo e ao cooperativismo; o incentivo à agroindustrialização; o cuidado com a permanência do jovem no meio rural, com vistas à sucessão na propriedade; a preocupação em fazer chegar o auxílio aos agricultores que se encontram em estado de extrema pobreza, procurando incluí-los em atividades produtivas.

Os recursos disponibilizados pelo Governo Estadual em quatro anos totalizam R\$ 8,94 bilhões, como pode ser visto na tabela abaixo. O aporte estadual de R\$ 2,74 bilhões no atual ano-safra — financiados pelo Banrisul, Badesul e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BR-DE) — corresponde a um pouco mais da metade da previsão do aporte federal para o Estado. Somando-se as duas fontes de recursos, chega-se a algo em torno de R\$ 7,56 bilhões.

O empenho do Governo Estadual em fortalecer a agricultura familiar contribui para diminuir as desigualdades sociais e regionais em território gaúcho, gerando ocupação e renda nos pequenos municípios de base agrícola e rural. Ademais, diga-se que, ao fazer constar os agricultores familiares em sua agenda, o Governo Estadual associa-se ao Governo Federal na sustentação de um modelo de desenvolvimento que valoriza a cultura dos produtores familiares, garante diversidade de produção e segurança alimentar. Enfim, mostra reconhecimento pelo direito dos pequenos produtores às políticas públicas e de reproduzirem-se social e economicamente.

Recursos destinados ao Plano Safra  
no Rio Grande do Sul — 2011-14

ANOS AGRÍCOLAS	VALORES NOMINAIS (R\$ bilhão)
2011/2012	1,10
2012/2013	2,40
2013/2014	2,70
2014/2015	2,74
<b>Total</b>	<b>8,94</b>

FONTE: Secretaria do Desenvolvimento Rural, RS.

**Marinês Zandavali Grando**  
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jan./14-jun./14

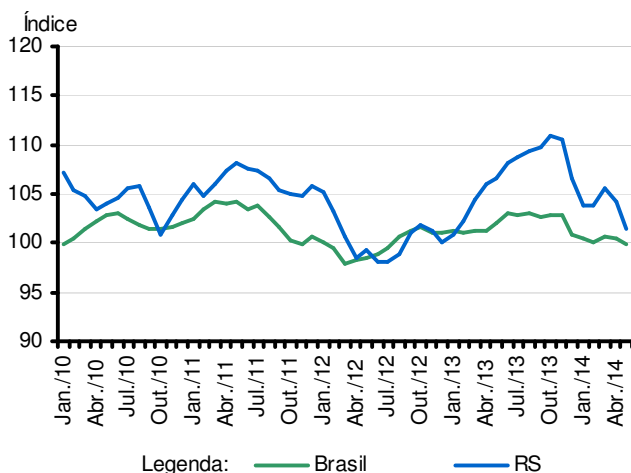
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Jan./14	0,55	0,55	5,59	0,48	0,48	5,67
Fev./14	0,69	1,24	5,68	0,38	0,86	5,77
Mar./14	0,92	2,18	6,15	1,67	2,55	7,31
Abr./14	0,67	2,86	6,28	0,78	3,35	7,98
Mai./14	0,46	3,33	6,38	-0,13	3,21	7,84
Jun./14	0,40	3,75	6,52	-0,74	2,45	6,25

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/14



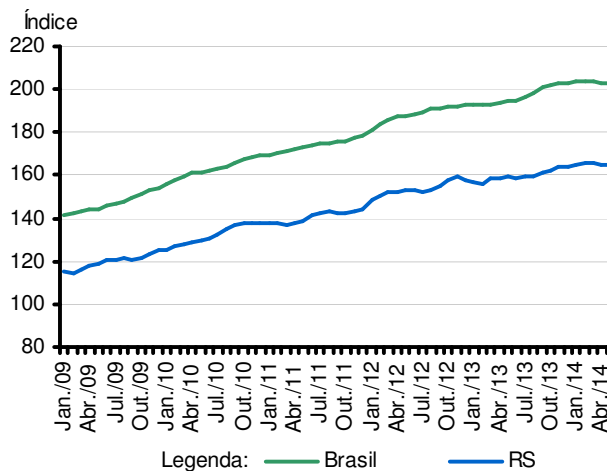
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.  
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jan./14-jun./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Dez./13	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,38	2,38	2,33	2,23	2,22	2,24	2,30	2,29
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	97,1	96,6	92,9	88,8	87,7	88,4	91,9	93,4
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	10,50	10,75	10,75	11,00	11,00	11,00	10,83	10,08
Superávit primário (% do PIB) .....	-4,9	-0,5	-0,9	-4,0	2,5	0,5	-1,2	-1,4
Balança comercial (US\$ milhões) .....	-4.059	-2.125	112	506	712	2.365	-2.490	3.136
Exportações (US\$ milhões) .....	16.026	15.934	17.628	19.724	20.752	20.467	110.531	238.285
Importações (US\$ milhões) .....	-20.085	-18.059	-17.516	-19.218	-20.040	-18.103	-113.021	-235.150
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-11.522	-7.384	-6.234	-8.274	-6.553	-3.345	-43.312	-81.225

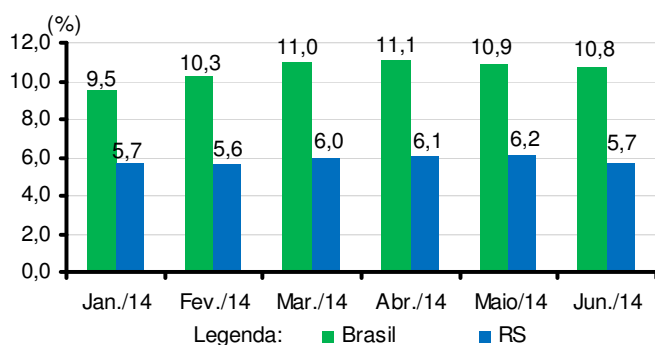
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 8

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./14-jun./14



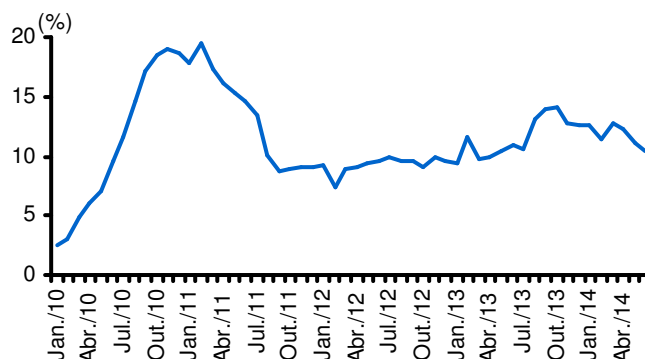
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

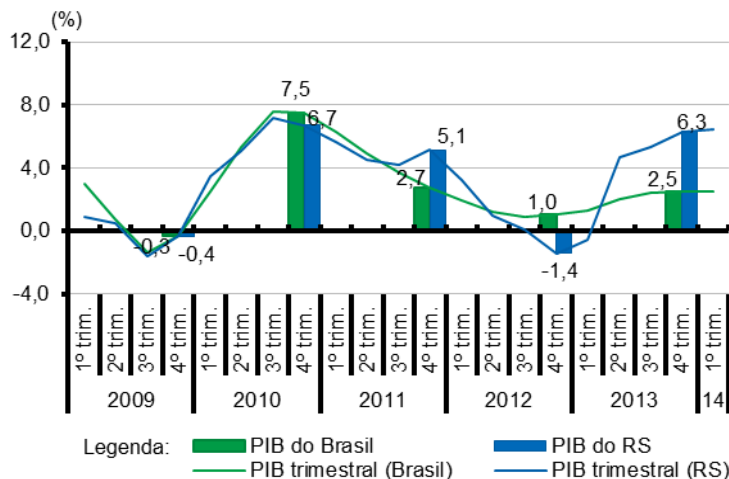
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan/14.-jun./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./14	1.077	16.026	6,7	4,0	0,4	-14,6	3,6	21,8	-3,2
Fev./14	2.096	31.960	6,6	-1,0	1,4	-14,9	7,1	16,3	-5,3
Mar./14	3.249	49.588	6,6	-8,0	-2,5	-20,6	2,9	16,0	-5,2
Abr./14	4.905	69.312	7,1	-6,8	-3,0	-20,1	3,6	16,5	-6,3
Mai./14	6.871	90.064	7,6	-8,7	-3,5	-22,4	2,9	17,2	-6,1
Jun./14	8.868	110.531	8,0	-20,5	-3,4	-38,9	1,3	4,5	-4,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-4º trim./13

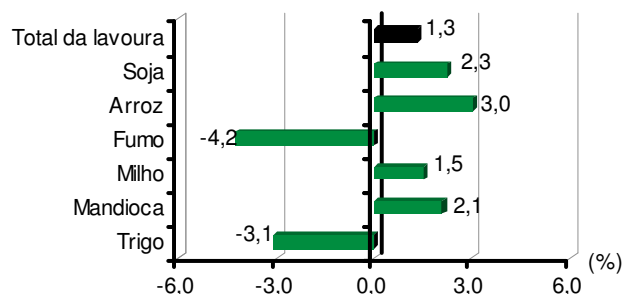


Legenda: ■ PIB do Brasil ■ PIB do RS  
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jun./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

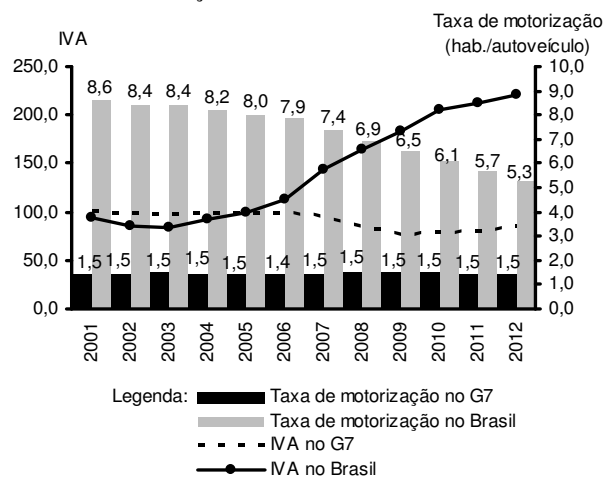
## O potencial de crescimento da indústria automobilística no Brasil

A estimativa do potencial de crescimento do mercado é uma variável crucial às decisões econômicas, seja para o investimento das empresas, seja para a construção de políticas industriais pelos governos. Para a indústria automobilística, uma aproximação para esse potencial é dada pela taxa de motorização do país, que informa o número de habitantes para cada automóvel em circulação. Ainda, essa informação é comparada à média das nações do G7, que indica o patamar aproximado da taxa de motorização a partir do qual o mercado do país atinge a saturação, passando a crescer basicamente através da reposição da frota. Assim, os dados sobre o G7 apontam que a estabilidade das vendas é atingida, em média, quando essa taxa apresenta relação próxima de 1,5 hab./automóvel.

Para o Brasil, mesmo com o crescimento de 140,8% nas vendas de automóveis entre 2003 e 2012, a taxa de motorização neste último ano foi de 5,3 hab./automóvel, indicando que ainda há um potencial significativo para o crescimento desse mercado. Esse diagnóstico informa as recentes políticas de apoio ao setor, sobretudo o Inovar-Auto. Sua lógica consiste na troca de acesso ao mercado brasileiro pelas montadoras de automóveis, pela adesão a um conjunto de requisitos, entendidos como estratégicos ao desenvolvimento nacional. Esses se referem, basicamente, à produção local com conteúdo nacional, para adensar o complexo de produção, e à atualização tecnológica de veículos e instalações produtivas, visando atingir o padrão observado nos países do G7. Assim, o potencial do mercado e a adequação ao Inovar-Auto ajudam a explicar os novos investimentos da indústria automobilística no Brasil a partir de 2013. Entretanto, para viabilizar o aumento das vendas, também são necessários investimentos em

melhora da infraestrutura e dos transportes, principalmente nas principais cidades do País.

Índice de Unidades Vendidas de Automóveis (IVA) e taxa de motorização no G7 e no Brasil — 2001-12



FONTE: Anuário ANFAVEA, 2011 e 2014.

- NOTA: 1. Automóveis compreendem automóveis, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus.  
2. A taxa de motorização do G7 corresponde à média ponderada das taxas de motorização de cada país pela sua participação nas vendas totais deste grupo de países.  
3. Os índices têm como base 2005 = 100.

**Rodrigo Morem da Costa**  
Economista, Pesquisador da FEE

## A distribuição espacial da produção leiteira gaúcha

Na elaboração do Produto Interno Bruto (PIB) regional do RS, verifica-se uma crescente importância do leite e de seus derivados na estimativa da atividade bovina. A análise dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PPM-IBGE), principal fonte dos dados primários para sua elaboração, permite constatar-se essa evolução.

Em 2012, ano da última pesquisa divulgada, o RS ocupava o segundo lugar na produção leiteira nacional, atrás apenas de Minas Gerais. Do total da produção nacional, o Estado de Minas Gerais participava com 27,6% e o RS com 12,5%.

A análise recente mostra um crescimento maior do RS *vis-à-vis* Minas Gerais, verificando também uma maior produtividade de sua bacia leiteira: RS com produção de 2,7 mil litros/ano, e MG com 1,6 mil litros/ano por vaca ordenhada.

Na análise intrarregional do RS, constata-se que a principal bacia leiteira está localizada na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, produzindo em torno de dois terços do leite gaúcho. A segunda mais expressiva e bastante menor é a Nordeste Rio-Grandense, com 10,1% em 2012.

De outra parte, verifica-se a ocorrência de crescimentos desiguais entre regiões nessa atividade. Essas duas mesorregiões são as únicas que vêm ganhando participação em comparação ao ano 2000. A primeira, com crescimento de 7,7 pontos percentuais, e a segunda, de 0,4 ponto percentual. As demais cinco mesorregiões — Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense — apresentam decréscimos em participação de sua produção entre 2000 e 2012.

Em relação à produtividade, constata-se uma distribuição semelhante. A mesorregião Noroeste Rio-Grandense é a que apresenta melhor produtividade, com 3,0 mil litros/ano de leite por vaca ordenhada, seguida da Centro Oriental Rio-Grandense (2,6 mil litros/ano) e da Nordeste Rio-Grandense (2,5 mil litros/ano).

É interessante notar-se que esse desempenho da bacia leiteira gaúcha ocorre concomitantemente com alterações em sua estrutura produtiva agrícola, com concentração na cultura da soja. Destaca-se, no entanto, que é na principal mesorregião produtora de leite que a soja apresenta menor crescimento. Entre 2000 e 2012, a mesorregião Noroeste Rio-Grandense sofreu uma queda de 82,1% para 61,1% na participação da produção estadual de soja, com crescimento de produção de 98,6%, inferior à média gaúcha de 166,7%.

Distribuição da produção leiteira, por mesorregião, no Rio Grande do Sul — 2000-12

ESTADO E MESORREGIÕES	2000	2012
<b>RIO GRANDE DO SUL</b> .....	100,0	100,0
Noroeste Rio-Grandense .....	58,5	66,2
Nordeste Rio-Grandense .....	9,7	10,1
Centro Ocidental Rio-Grandense .....	3,9	2,2
Centro Oriental Rio-Grandense .....	10,3	9,1
Metropolitana de Porto Alegre .....	7,3	5,1
Sudoeste Rio-Grandense .....	4,3	3,5
Sudeste Rio-Grandense .....	6,0	3,8

FONTE: PPM-IBGE.

**Sérgio Fischer**  
Economista, Pesquisador da FEE

## PIB e população nas mesorregiões do Rio Grande do Sul: 2001-11

O desenvolvimento de uma região não ocorre uniformemente no território, tornando pertinente entender como cada localidade é impactada pelas transformações econômicas. De 2001 a 2011, a economia do RS sofreu diversas transformações: o *boom* das *commodities* agrícolas e da agroindústria; uma dificuldade da indústria tradicional em competir com a China e um câmbio valorizado; o sucesso das indústrias metal-mecânica e automotiva; e o surgimento do Polo Naval de Rio Grande.

São analisados a população, o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* das sete mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado, nos anos de 2001 e 2011. A mesorregião Centro Ocidental engloba, dentre outros, os Municípios de Santa Maria e Santiago. A Centro Oriental engloba os Municípios de Cachoeira do Sul, Lajeado e Santa Cruz do Sul. A mesorregião Metropolitana inclui a Região Metropolitana de Porto Alegre, municípios de seu entorno e do Litoral Norte. A mesorregião Nordeste inclui municípios da Serra, como Caxias do Sul, Guaporé e Vacaria. O Planalto e o Alto Uruguai são representados na mesorregião Noroeste, cujos maiores municípios são Erechim, Ijuí e Passo Fundo. O Sul do Estado divide-se entre as mesorregiões Sudeste — Municípios de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande — e Sudoeste, que abriga, dentre outros, os Municípios de Bagé e Uruguaiana.

O crescimento populacional seguiu a tendência das últimas décadas, com crescimento menor em todo o Estado (4,6% em 2001-11, após crescer 11,48% entre 1991 e 2000), abaixo da média nas mesorregiões mais a sul e oeste, e acima da média nas mesorregiões Metropolitana e Nordeste. Neste último período, no entanto, a Nordeste é que puxou o crescimento populacional, e não a Metropolitana, ao contrário das décadas anteriores; e a mesorregião Centro Oriental, que, nas décadas anteriores, cresceu abaixo da média estadual, agora também cresceu acima, indicando a expansão da área de atração populacional. Enquanto isso, Noroeste, com crescimento populacional pequeno nas décadas anteriores, teve perda absoluta de população nesse período.

Nas mesorregiões do Sul, após décadas de crescimento populacional similar e abaixo da média estadual, a população da Sudeste cresceu 1,7% entre 2001 e 2011, enquanto a mesorregião Sudoeste a viu cair em 3,1%. Reflete-se aí o efeito atrativo do Polo Naval de Rio Grande, cujo impacto tende a

umentar após 2011. Em relação ao PIB, a mesorregião Sudeste é, ao lado da Nordeste, aquela em que ele mais cresceu no período, enquanto a Sudoeste está entre as de menor crescimento. Esse descolamento recente nas tendências de PIB e população torna difícil tratar ambas as regiões como uma “metade sul”, em que pesem as semelhanças históricas.

A mesorregião Metropolitana teve menor crescimento do PIB no período, devido à crise estrutural do setor coureiro-calçadista e de outros setores da indústria tradicional do Estado, afetados pelo câmbio valorizado e pela concorrência chinesa. A região continuou responsável, no entanto, por quase a metade do PIB estadual. Afora essa e a região Sudoeste, todas as outras cresceram acima da média estadual, com destaque para Noroeste, Sudeste e Nordeste. A primeira beneficia-se do bom desempenho da soja no Estado e no País, em especial com crescimento expressivo na indústria de máquinas e equipamentos agrícolas. A mesorregião Sudeste também se beneficiou do momento favorável para as *commodities* agrícolas e do surgimento do Polo Naval de Rio Grande. A Nordeste cresceu a partir da indústria metal-mecânica e automotiva.

Em relação ao PIB *per capita*, destacam-se as mesorregiões Sudeste e Noroeste, pelo bom desempenho produtivo combinado a um baixo crescimento populacional. Nordeste e Centro Oriental, com acréscimos populacionais acima da média estadual, tiveram crescimento do PIB *per capita* mais baixo, mesmo com o bom desempenho do PIB, e a mesorregião Metropolitana, com crescimento baixo do PIB e expansão populacional, apresentou a menor variação do PIB *per capita* no período. Preocupa, entretanto, a Sudoeste, com o menor PIB *per capita* entre as mesorregiões e cujo aumento está entre os menores, sendo puxado pela perda populacional significativa, indício de baixa dinâmica econômica.

Os dados indicam uma decadência relativa da mesorregião Metropolitana, mas que ainda atrai população e tem PIB e PIB *per capita* altos. A mesorregião Nordeste, encabeçada por Caxias do Sul, desponta como força econômica crescente e como polo de atração demográfica, enquanto Noroeste e Sudoeste têm decréscimo populacional e devem ser alvo de maior atenção no que tange às tendências de desenvolvimento para os próximos anos.

População, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, por mesorregiões, do Rio Grande do Sul — 2001-11

MESORREGIÕES E ESTADO	POPULAÇÃO			PIB			PIB PER CAPITA		
	Quantidade (1.000)		Crescimento (%)	Valor (R\$ milhão) (1)		Crescimento (%)	Valor (R\$) (1)		Crescimento (%)
	2001	2011 (2)		2001	2011		2001	2011	
Centro Ocidental Rio-Grandense	529	538	1,8	6.757	9.466	40,1	12.778	17.591	37,7
Centro Oriental Rio-Grandense ...	739	782	5,8	14.232	19.694	38,4	19.260	25.192	30,8
Metropolitana de Porto Alegre .....	4.447	4.768	7,2	100.694	125.095	24,2	22.641	26.237	15,9
Nordeste Rio-Grandense .....	938	1.062	13,2	22.597	33.314	47,4	24.093	31.376	30,2
Noroeste Rio-Grandense .....	1.962	1.949	-0,7	31.392	44.557	41,9	16.000	22.863	42,9
Sudeste Rio-Grandense .....	899	914	1,7	12.983	19.118	47,3	14.444	20.913	44,8
Sudoeste Rio-Grandense .....	746	723	-3,1	9.694	12.389	27,8	12.986	17.126	31,9
<b>RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>10.260</b>	<b>10.736</b>	<b>4,6</b>	<b>198.348</b>	<b>263.633</b>	<b>32,9</b>	<b>19.332</b>	<b>24.556</b>	<b>27,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEEDADOS.

(1) Preços constantes de 2011, utilizando o deflator implícito do PIB calculado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). (2) Estimativa do Núcleo de Indicadores Sociais e Ambientais da FEE, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

## Desigualdade no Brasil e no mundo

O livro de Thomas Piketty, **O Capital no Século XXI**, obteve uma repercussão incomum entre os textos advindos da academia. O sucesso não foi fortuito. Após 15 anos de pesquisa, o autor aborda de maneira acessível a questão distributiva, com o enfoque temporal iniciando-se no ano de 1700, fazendo isso tanto do ponto de vista da renda, uma variável fluxo, quanto da riqueza, uma variável estoque.

Sintetizando seus resultados, o autor averigua três grandes fases recentes. Uma fase de crescimento da desigualdade, até a década de 20 do século XX, outra de redução da desigualdade, entre 1930 e 1980, e, desde então, uma fase de crescimento da desigualdade, com tendência de acentuação de disparidades. No período atual, em países como França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, os 10% mais ricos detêm aproximadamente 60% da riqueza nacional. E, invariavelmente, os 50% mais pobres possuem menos de 10% da riqueza nacional. Nos Estados Unidos, o decil mais alto detém 72% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem 2%. No que tange aos bilionários, de 1987 a 2013, a média do patrimônio dos 1/100 milhões mais ricos do mundo passou de US\$ 3 bilhões para US\$ 35 bilhões em 2013, um crescimento de 6,8% a.a. Já a média anual do crescimento econômico do período foi de 2,1%, e da renda média, de 1,4%.

Com relação à renda, o 1% mais rico, nos EUA, apropriava-se de 10% da renda em 1980 e passou a 20% em 2010. O 0,01% mais rico obteve expansão muito elevada, de, aproximadamente, 2% em 1980 a 8% em 2008. Isso significa que cada indivíduo nessa faixa tem uma renda aproximadamente 100 vezes superior à média. Entre 1977 e 2007, o 1% mais rico absorveu 60% do crescimento da renda estadunidense.

É difundida a visão de mundo de que os agentes possuem rendimentos proporcionais à contribuição de cada um ao processo produtivo, com o esforço e o mérito pessoal. Assim, a educação seria a força difusora do conhecimento e da tecnologia capaz de ajustar as desigualdades e permitir remunerações adequadas à destreza. Entretanto, não é isso que se observa.

Nas últimas décadas, em um ambiente de crescimento moderado, os salários mais baixos nos países desenvolvidos ficaram estagnados, e os mais elevados cresceram. A elevação educacional foi concomitante com o crescimento da desigualdade. Embora a produtividade marginal, a habilidade e a tecnologia deem uma explicação, até certo ponto, plausível para diferentes remunerações no longo prazo, é preciso demarcar as limitações explicativas.

As referidas fases ocorreram, sobretudo, por questões políticas. No período entre guerras, o capitalismo foi mais regulado e houve a implementação da progressividade tributária. Na década de 80 do século XX, houve reversão de políticas

regulatórias, e o mundo entrou na fase neoliberal. Os tributos sobre os estratos mais elevados e sobre a herança foram reduzidos.

O autor efetuou uma comparação entre as rendas obtidas pelo 1% mais rico devido à sua herança e pelo 1% mais rico devido ao seu trabalho, em relação aos 50% mais pobres. Para aqueles que vivem do seu trabalho, o padrão de vida é 10 vezes maior do que o dos 50% mais pobres, de forma estável, de 1790 até sua projeção em 2030. Já para os que vivem de sua herança, em 1790 seu padrão de vida era 27 vezes maior do que os 50% mais pobres. Durante vasto período, o 1% mais rico o era por herança.

A sociedade meritocrática não permite que figure no topo quem não é herdeiro de uma fortuna. Aos perdedores, a dominação é justificada a partir da justiça, da virtude, do mérito e da baixa produtividade de quem está na base da pirâmide social.

Claramente, a educação tem um papel mais relevante hoje do que outrora, o que não significa que as pessoas tenham as mesmas oportunidades. Desde 1920, cresce a parcela da população que recebe de herança um patrimônio superior ao que um indivíduo que está entre os 50% mais pobres recebe de salário ao longo de sua vida inteira.

No Brasil, é sabido que a desigualdade de renda e a pobreza têm caído nos últimos anos. Entre 2001 e 2012, os extremamente pobres passaram de 15,2% para 5,3%, e os pobres de 35,1% para 15,9% da população. Nesse interregno, a desigualdade de renda do trabalho, medido pelo índice de Gini, caiu 11,1%.

De toda forma, a estrutura tributária brasileira não foi alterada. Ela persiste concentrada no consumo (48,6%), e não na renda (18,4%) como nos países desenvolvidos. A alíquota máxima de Imposto de Renda no Brasil é de 27,5%, era 35,0% em 1996. Na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos, a alíquota máxima é de, respectivamente, 56,7%, 45,0% e 39,6%. O imposto sobre grandes fortunas estabelecido pela **Constituição Federal de 1988** nunca foi regulamentado.

Dados os valores de democracia e de justiça social, há muito que avançar, haja vista os traços aristocráticos existentes. O estudo mostra que a iniquidade não advém de princípios racionais, e sim arbitrários. A constatação geral é que os mais ricos o são, majoritariamente, por herança, e não por mérito pessoal. No Brasil, é imperativo que se enfrente o problema de forma efetiva.

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 02.07.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

**Núcleo de Dados:** Renan Xavier Cortes.

**Revisão:** Susana Kerschner.

**Diagramação:** Giuliana Santos (estagiária).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br